

INFORME SEMANAL

N. 20 | 15 a 19 de novembro de 2021

DESONERAÇÃO DA FOLHA

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 17/11, o PL 2.541/2021, que prorroga a desoneração da folha de pagamento até 31 de dezembro de 2023, estendendo o prazo para a substituição da contribuição previdenciária pela contribuição sobre a receita bruta. Os impactos em caso de não prorrogação somam cerca de R\$ 1 bilhão de reais apenas na indústria de abate e processamento de proteína animal. Com a votação em caráter conclusivo pela Câmara, o texto segue para apreciação pelo Senado Federal, onde deverá ter sua tramitação acelerada, segundo sinalizou o Senador Rodrigo Pacheco. Este tema consta na lista de prioridades da OCB e da Ocepar, que seguem acompanhando sua tramitação.

SEGURO RURAL – RECURSOS SUPLEMENTARES

OCB e OCEPAR participaram nesta quinta-feira (18/11) de reunião promovida pelo Ministério da Agricultura (MAPA) para debaterem alternativas de crédito suplementar ao Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR) para 2021. O PLN 35/2021, que prevê a suplementação de R\$ 77 milhões de reais para o PSR, aguarda a sanção pelo Presidente da República. Em complementação, o MAPA também negocia com o Ministério da Economia o acréscimo de R\$ 298,8 milhões de reais, cuja liberação depende da análise pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) do governo federal e da aprovação de um novo PLN pelo Congresso Nacional.

MP 1.071/2021 – REDUÇÃO DE PIS E CONFIS PARA IMPORTAÇÃO DO MILHO

Foi prorrogada a vigência da MP 1.071/2021, que reduz a zero as alíquotas de Pis e Cofins sobre a importação de milho até 31 de dezembro de 2021. A medida foi editada visando mitigar os impactos sobre o setor de proteína animal por conta dos prejuízos sobre a produção de milho nacional em virtude de alterações climáticas.

MP 1.058/2021 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de conversão em lei da MP 1.058/2021, que recriou o Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), responsável pela definição de políticas públicas nas áreas de emprego e renda, fiscalização do trabalho, registro sindical, previdência, dentre

INFORME SEMANAL

N. 20 | 15 a 19 de novembro de 2021

outros. A proposta aprovada prevê, ainda, a criação do domicílio eletrônico trabalhista, que autoriza o envio de intimações eletrônicas pelo MTP. O texto segue para votação pelo Senado Federal.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No dia 18/11 as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública para debater o licenciamento ambiental de empreendimentos de irrigação. Na oportunidade foi discutido o PL 5.085/2020, que propõe alterações na Política Nacional de Irrigação, convertendo em lei as diretrizes disciplinadas atualmente por resoluções do Conama. Nesta sexta-feira (19/11), o licenciamento ambiental também é o tema de audiência pública realizada pelas Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura do Senado Federal, que discutem o PL 2.159/2021, aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto deste ano.

ALEP – PRESIDÊNCIA DA CCJ

O Deputado Estadual, Nelson Justus, assumiu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da ALEP, órgão responsável por analisar a legalidade e a constitucionalidade de todas as propostas legislativas. A posse ocorreu após decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou o mandato do ex-deputado Delegado Francischini, que presidia a CCJ desde 2019.

HOMENAGEM – SENADOR ORIOVISTO GUIMARÃES

Na noite de 18/11 o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná (CIEE/PR) inaugurou o Espaço de Capacitação e Cidadania – Sede F. Fernando Fontana. Na oportunidade o Senador Oriovisto Guimarães recebeu o “Troféu Personalidade CIEE/PR – 2021” pelo incentivo à educação e serviços prestados à comunidade.